

# Uma nova PAC na União Europeia? Um novo debate

## Preocupações e Propostas

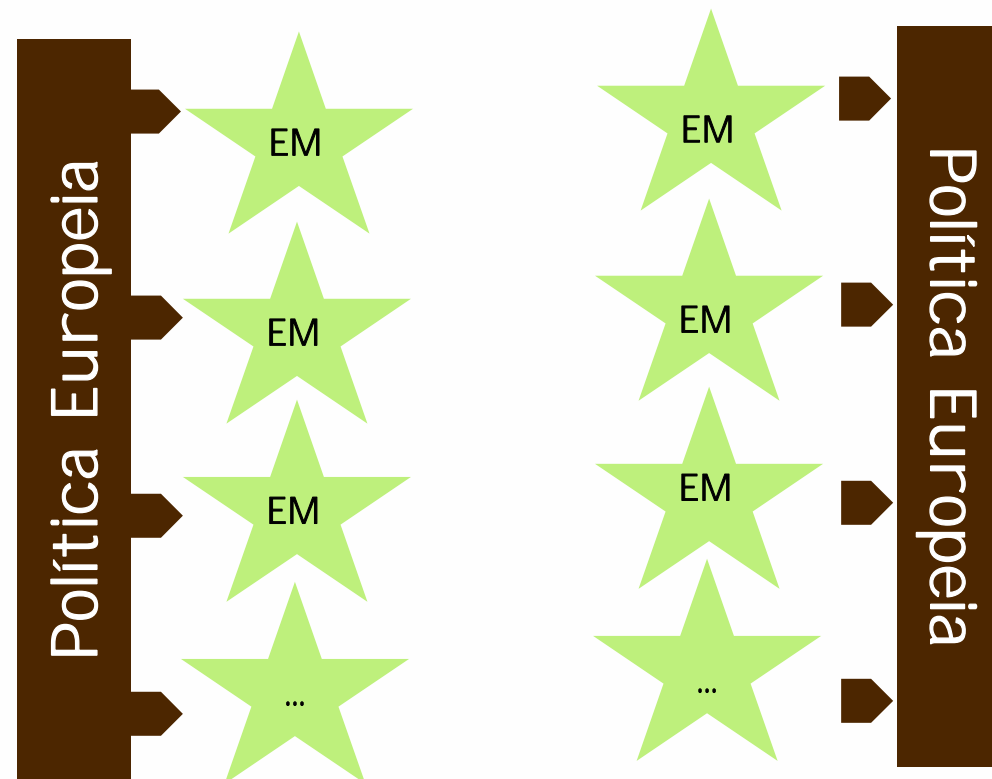
Armando Sevinate Pinto  
21 de Janeiro de 2010



20 ANOS  
AGRO.GES  
SOCIEDADE DE ESTUDOS E PROJECTOS

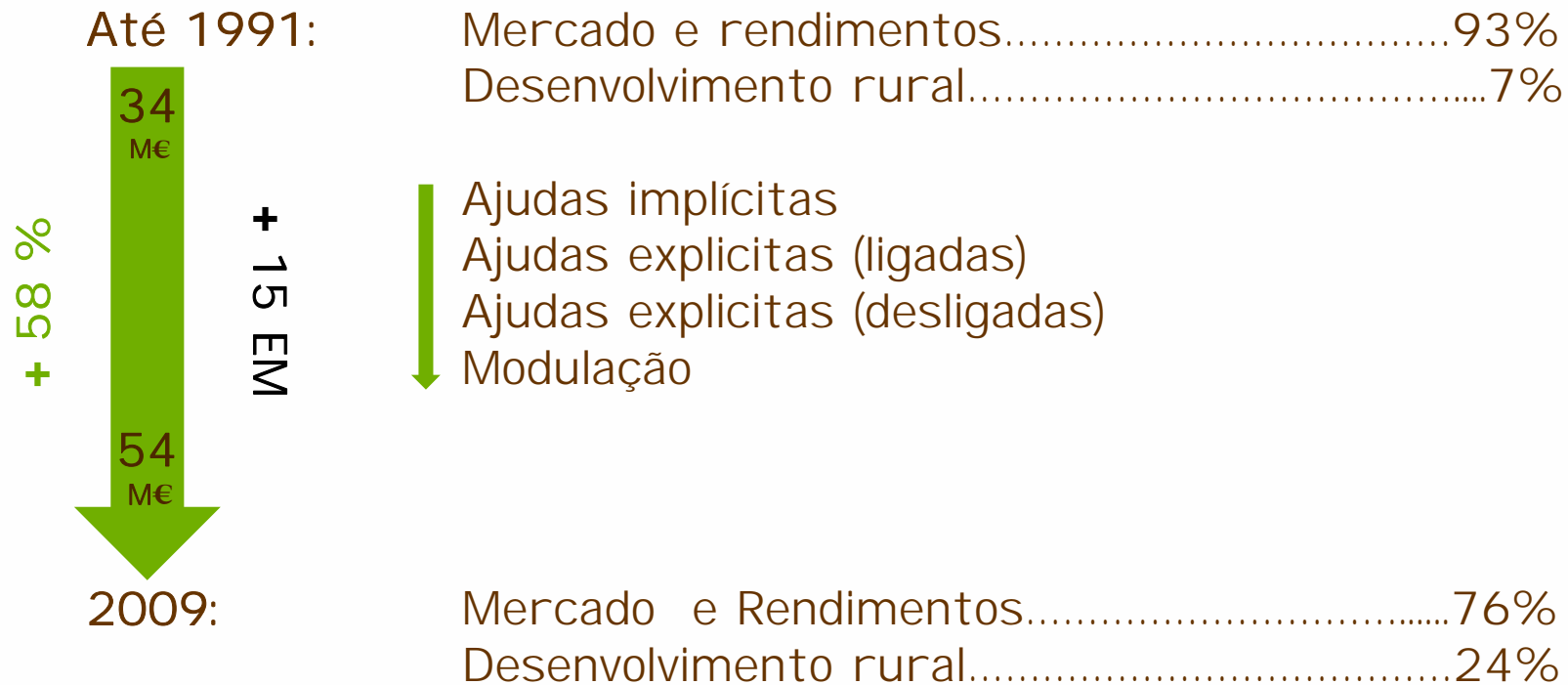
# Uma Política Agrícola Comum para Portugal

Duas opções:

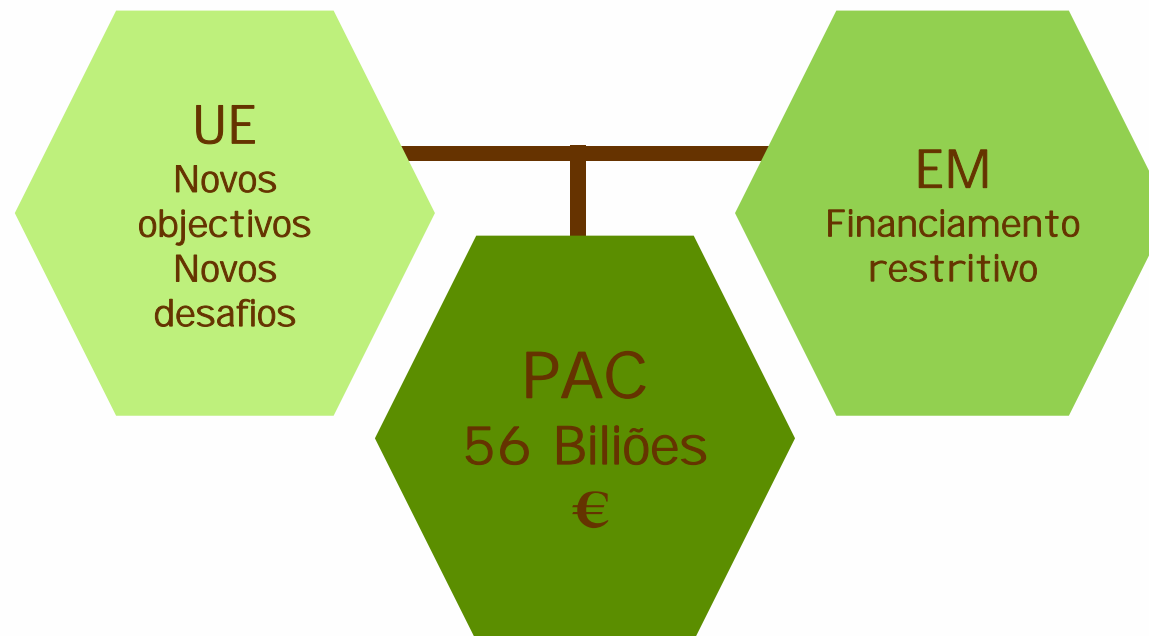


# A Política agrícola Comum (evolução)

- Grandes reformas: de 5 em 5 anos (1992; 1999; 2003; 2008)
- Alterações: todos os anos



# Após 2013: O debate



## Revisão do orçamento europeu até à reforma da PAC, após 2013

Novembro de 2009: Comunicação da Comissão sobre a revisão do orçamento da UE

1º Semestre de 2010: Comunicação da Comissão sobre a futura PAC e perspectivas financeiras

2º Semestre de 2010: Consulta pública

1º Semestre de 2011: Propostas legislativas sobre a PAC e perspectivas financeiras

2º Semestre de 2011: Discussões técnicas

1º Semestre de 2012: Negociações

2º Semestre de 2012 e 2013: Execução do quadro jurídico

# Os montantes envolvidos

## A PAC na União Europeia Orçamento (biliões de euros)

	U E	PAC			
2007	120	52	83%	Ajudas directas e mercado (1º Pilar)	42
			17%	Desenvolvimento rural (2º Pilar)	9
2008	126	54	76%	Ajudas directas e mercado (1º Pilar)	41
			24%	Desenvolvimento rural (2º Pilar)	13
2009	139	56	77%	Ajudas directas e mercado (1º Pilar)	43
			23%	Desenvolvimento rural (2º Pilar)	13

# Evolução dos preços de suporte da PAC em termos nominais (desde 1991)



	Trigo mole	Trigo duro	Arroz*	Açúcar*	Carne de bovino	Manteiga	Leite em pó
Alteração dos preços	-48%	-61%	-57%	-39%	-29%	-16%	-1%

\* desde 1992

Fonte: Comissão Europeia

# Evolução dos preços de suporte da PAC em termos reais (desde 1991)



	Trigo mole	Trigo duro	Arroz*	Açúcar*	Carne de bovino	Manteiga	Leite em pó
Alteração dos preços	-80%	-85%	-84%	-77%	-73%	-68%	-61%

\* desde 1992

Fonte: Comissão Europeia

# A especificidade portuguesa

Apoios PAC		
	1º Pilar Apoio ao rendimento	2º Pilar Desenvolvimento Rural
União Europeia	77%	23%
Portugal	52%	48%

# O debate

(o “*non paper*” da Comissão)

## “Reformar o orçamento, alterar a Europa”

- Redução do orçamento da PAC
- Abandono do modelo histórico de subsídios ao rendimento
- Redução das intervenções públicas no mercado
- Apoio ao rendimento limitado à produção de “bens públicos” (ambiente; qualidade; alterações climáticas)
- Cofinanciamento dos EM
- Aumento da modulação obrigatória
- Criação de um 3º Pilar para as alterações climáticas

### “A declaração dos Economistas Agrários”

#### 3 FRASES

1º Pilar: “O primeiro Pilar deverá ser progressivamente abolido.”

2º Pilar: “Apenas se deverão reter as políticas que promovam bens públicos genuinamente europeus, que sejam eficientemente dirigidas aos seus objectivos e que evitem um custo orçamental exagerado.”

Financiamento: “Alguns bens públicos legítimos que são produzidos pela agricultura deverão ser, no futuro, financiados pelos orçamentos nacionais e não pela EU”

# O interesse nacional (mínimo)

- Contrariar o abandono e valorizar a ocupação do território
- Assegurar um elevado nível de auto-abastecimento alimentar (reduzir a dependência externa)
- Aumentar a taxa de cobertura das importações pelas exportações
- Manter uma estrutura diversificada de tipos de explorações agrícolas e de orientações produtivas adaptadas à diversidade nacional (fundiária; ambiental e demográfica)

# O interesse nacional (A viabilização da agricultura)

## As contas agrícolas nacionais<sup>(1)</sup>

	milhões de €	
Valor da produção	6772	13,5%
Consumo intermédio	4670	
Valor acrescentado bruto	2102	43,5%
Rendimento empresarial	1203	
Subsídios <sup>(2)</sup>	915	76%

(1) Valores médios 2007-2008

(2) Envolvendo subsídios ao rendimento "ligados" + RPU + ICs + Agroambientais

## 1. O que rejeito

- A abolição do 1º Pilar  
*inviabilizaria a produção*
- O cofinanciamento dos custos da PAC  
agravaria as desvantagens dos países pobres
- A desregulação do mercado  
*agravaria a volatilidade, a iniquidade e a falsa competitividade*
- A abolição do princípio de “preferência comunitária”  
aumentaria a especulação e as flutuações permanentes

# O que proponho

## 2. O que defendo

- **A manutenção do 1º Pilar com financiamento europeu a 100%**
  - ✓ **mais equitativo** em termos europeus (iguais montantes unitários)
  - ✓ **limite máximo** por exploração/beneficiário
  - ✓ **menos histórico**, abrangendo todas as actividades e todo o território com uso agrícola
  - ✓ **nível variável**, dependente da evolução dos preços agrícolas no mercado mundial
  - ✓ **modulado** em função da contribuição de cada actividade:
    - para a defesa do **ambiente**;
    - para a defesa da **biodiversidade**;
    - para o combate às **alterações climáticas**;
    - para a criação de **emprego**
    - para a economia de **energia**

## 2. O que defendo (cont.)

- ✓ Um sistema de protecção das importações em função da sua origem e do respeito por padrões sociais e ambientais *standard*
- ✓ Um mecanismo de gestão de riscos , quer de mercado, quer naturais, com base num sistema de seguros cofinanciados pela UE
- ✓ A constituição de um **Fundo de Crédito de Carbono**, financiado pelas actividades que mais contribuem para o aumento do efeito de estufa
- ✓ A criação de um **3º Pilar**, (por segregação do 2º Pilar) vocacionado para o combate às alterações climáticas
- ✓ A manutenção das **intervenções no mercado**, (safety net)
- ✓ A continuação do apoio à **modernização das estruturas de produção** (agrícolas, pecuárias, florestais e agro-industriais)

## Uma PAC, justa e durável, mais equilibrada e socialmente mais legítima

- Que acabe com a incerteza e com as mudanças permanentes
- Que assegure actividades agrícolas em todo o território
- Que apoie os sectores mais frágeis com impossibilidade de reconversão
- Que mantenha os diferentes tipos de explorações agrícolas
- Que compatibilize a Agricultura com o Ambiente
- Que disponha de instrumentos de gestão de riscos
- Que tenha em conta as alterações climáticas, a biodiversidade e a diversificação energética

20 ANOS

AGRO.GES 

SOCIEDADE DE ESTUDOS E PROJECTOS